

Editorial

BIBLIOGRAFIA E JUSTIÇA SOCIAL¹

A palavra *bibliografia*, de origem grega, começou de fato a ser utilizada na época Moderna depois da publicação da obra *Bibliografia política* de Gabriel Naudé, em 1633. Se no mundo grego designava simplesmente o ato de escrever livros, a partir da Modernidade seu leque semântico tem se ampliado de maneira notável. De um lado, indica todo estudo que se ocupa do livro, em uma sobreposição com a história do mesmo, entendida como sua produção material, processos editoriais, circulação, mediação. Em um sentido mais tradicionalmente biblioteconômico e documentário, a palavra *bibliografia* designa o ato de produção de listas e catálogos mais ou menos detalhados, que permitem o acesso à imponente massa de livros através de sua descrição material (bibliografia “material”) e de conteúdos (bibliografia “intelectual”).

Em tempos tecnológicos, a Bibliografia expande seu alcance através do estudo sobre os mais diversos recursos informacionais produzidos muito além de um repertório constituído unicamente de livros ou revistas – impressos ou digitais que sejam –, para se confrontar com materiais digitais de caráter cada vez mais “híbridos” em sua textualidade escrita e audiovisual.

O que, de fato, se mantém no tempo, apesar das mutações de suportes e processos de produção, é o papel fundamental da Bibliografia: ela coloca-se na base de toda e qualquer possibilidade de produção de conhecimento científico, literário e artístico. Compete, *in primis*, à figura do bibliógrafo, do bibliotecário e do cientista da informação a elaboração de bibliografias consistentes que orientem tanto a composição de coleções de bibliotecas bem como de recursos informacionais confiáveis no âmbito das redes digitais, questão, essa última, que abre pautas novas para a reflexão, a pesquisa e a experimentação bibliográficas.

Um dos grandes questionamentos dos últimos anos diz respeito aos *bias* ideológicos embutidos nas próprias estruturas da organização do conhecimento, em que, cada vez mais, são detalhadas e contestadas as matrizes eurocêntricas, brancas e burguesas. Uma exigência/provocação global alcançou o campo da Bibliografia, baseado em duas questões. A primeira, que a impostação da Bibliografia tenha desenvolvido seus trabalhos a partir do princípio que os valores dessa sociedade branca e patriarcal eram superiores aos outros e que, por isso, deveriam ser difundidos, mesmo que com sua imposição violenta. A segunda é de natureza “demográfica”, pois os estudos foram confiados aos mesmos homens brancos, enquanto todas as outras realidades, quer se trate de diversidades étnicas e raciais, de gênero e de classe foram extremamente sub-representadas.

Esse mais que legítimo fenômeno contestatório tem se traduzido em pesquisas voltadas para pautas participativas dentro do campo da Bibliografia. Inevitavelmente, na medida em que, como dissemos, a Bibliografia orienta as próprias condições do conhecimento, suas estruturas etnocêntricas passam a ser desmanteladas² e reconstruídas através de trajetórias pautadas por questões de participação, acessibilidade e interculturalidade. Tudo isso tem se desenvolvido na base da chamada “justiça social”.

Não há, sobre esse termo, uma definição unívoca, na medida em que as posições ideológicas que buscam enquadrá-lo variam entre as demandas alavancadas pelos movimentos sociais radicais e as perspectivas neoliberais. O termo justiça social tem suas raízes na Revolução Francesa, enquanto o conceito a que ele se refere, ou seja, a ideia de que devemos aspirar e construir uma sociedade que garanta justiça para todos, já está presente em reflexões filosóficas muito mais antigas.

¹ A contribuição dos autores pode ser assim diferenciada: Andre Vieira de Freitas Araujo (UFPR) concepção, consolidação textual e revisão do editorial, ligeiras contribuições nos oito primeiros parágrafos e no último da introdução, além da apresentação do Fórum Internacional A Arte da Bibliografia; Luciana de Souza Gracioso (UFSCar) apresentação dos artigos e revisão do editorial; Zaira Regina Zafalon (UFSCar) apresentação dos artigos e do VIII Seminário Internacional A Arte da Bibliografia: Bibliografia e Justiça Social (UFSCar, 2021); Giulia Crippa (UNIBO) apresentação dos artigos e redação dos oito primeiros parágrafos e do último da introdução.

² O termo “desmantelar” atravessa os trabalhos da artista e acadêmica Grada Kilomba. Para ela, desmantelar as estruturas de poder também passa pela linguagem visual e semântica. “Normalizamos palavras e imagens que nos informam quem pode representar a condição humana e quem não pode. A linguagem também é transporte de violência, por isso precisamos criar novos formatos e narrativas. Essa desobediência poética é descolonizar.” (Kilomba, 2019).

A justiça social lida com as dificuldades que a sociedade enfrenta em termos de emprego, educação, assistência médica e necessidades econômicas e adota soluções para resolvê-las. A justiça social, de acordo com uma visão moderna, seria o motor que levaria à “solução” dos problemas de uma sociedade. Cada pessoa precisa das outras para atender ao conjunto de necessidades que não poderia atender sozinha, mas principalmente, o estado de bem-estar social age por meio de suas instituições para essa finalidade, integrando-se às várias formações sociais (família, escola, associações etc.) e coordenando-as para resolver seus problemas. Trata-se, acima de tudo, da realização da plena liberdade dos indivíduos e do reconhecimento da plena dignidade à existência de todos os indivíduos, princípios que já marcaram o nascimento do *Welfare State*: a justiça social parte do pressuposto de que todos os seres humanos têm direitos iguais e de que a justiça implica igualdade e equidade, não apenas mantendo a ordem social, mas promovendo mudanças nas comunidades. Portanto, o Estado promove atividades que garantem as liberdades fundamentais, assegurando moradia digna, educação, assistência médica e tornando os direitos de pensamento, expressão, religião, associação, liberdade de movimento, igualdade de gênero e liberdade de orientação sexual acessíveis a todos. É tarefa do Estado implementar a justiça social removendo todos os impedimentos que dificultam o seu atendimento.

É nessa direção que propusemos, em 2021, o foco do Seminário Internacional A Arte da Bibliografia³ que teve como desafio, em sua oitava edição, refletir teorias e práticas bibliográficas capazes de maior inclusividade e epistemes não naturalizadas mas, sim, resultado de lutas e resistências que permitiram rasgar a hegemonia de uma Bibliografia e dos gestos bibliográficos oriundos do pensamento moderno Ocidental.

³ Evento internacional e itinerante concebido pelo Fórum Internacional A Arte da Bibliografia, constituído em 2014 por Andre Vieira de Freitas Araujo (à época da Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, atualmente da Universidade Federal do Paraná, UFPR), Giulia Crippa (à época da Universidade de São Paulo, USP, atualmente da Universidade de Bolonha, UNIBO) e Gustavo Saldanha (do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, IBICT-UNIRIO).

O VIII Seminário Internacional A Arte da Bibliografia (Fig. 1) foi realizado nos dias 09 e 10 de dezembro de 2021 e organizado pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), com colaboração do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e da *Università di Bologna* (UNIBO), e teve como tema central **Bibliografia e Justiça Social**. A proposta para a realização do evento na UFSCar começou a ser gestada ainda durante a realização do V Seminário Internacional A Arte da Bibliografia, realizado em Recife, em 2018.

Figura 1 - Arte da divulgação do VIII Seminário Internacional A Arte da Bibliografia: Bibliografia e Justiça Social (UFSCar, 2021)



Fonte: Telescopium (2021)

Arte: Rodrigo de Araújo⁴

⁴ Os trabalhos de Rodrigo de Araujo podem ser acompanhados no instagram: @cadavrexquis.

Com a visão de que justiça social implica compreender e (re)dimensionar a perspectiva humana e sua relação com o mundo, a arte adotada na divulgação evoca a igualdade de direitos (marcada pela paleta de cores no cabeçalho) e a solidariedade coletiva necessária no fazer, pensar, criticar e ser da Bibliografia (contexto em que as cores apresentadas no cabeçalho se imiscuem com a mão).

Desta feita, o evento, que contou com a participação de mais de 300 pessoas, em modo remoto síncrono⁵, teve, ao longo de quatro sessões, 16 trabalhos apresentados, resultado de pesquisas de 30 pessoas autoras. Dentre os trabalhos apresentados figuraram pesquisas que trataram de pobreza, justiça social, povos tradicionais, autismo e cidadania, na Sessão 1; ensinamentos de Ailton Krenak, proposta de um devir-América bibliográfico, ética e política do bibliógrafo, e uma biobibliografia de Nicolas Roubakine, na Sessão 2; o ciberespaço, o jornal Lampião da Esquina, e o livro do artista, na Sessão 3; e, na Sessão 4, bibliografia negra, mulheres escritoras, bibliografia do folclore e coleção de Manfredo Settala. Além destas, aconteceram três sessões temáticas, organizadas em três eixos: [1] *Transgressões e Insurgências na Bibliografia*, no qual colaboraram Bruno Nathansohn, Johnny Passos e Franciéle Carneiro Garcês da Silva; [2] *O discurso e a prática bibliográfica e sua relação com a justiça social*, com Gustavo Silva Saldanha, Carlos Henrique Juvêncio da Silva e Lucia Sardo; e [3] *Migrações humanas e epistemicídios*, com Antón Castro Miguez e Fabrício José Nascimento da Silveira.

Além das sessões, também fizeram parte da programação as conferências de abertura, de encerramento e internacional. A Conferência de Abertura, intitulada *A educação das relações étnico-raciais no ensino de Ciências: construção de um campo?*, foi ministrada pelo Dr. Douglas Verrangia (UFSCar). Na Conferência de Encerramento, intitulada *Tessitura patrimonial e contextual do documento*, puderam ser discutidas as abordagens trazidas pelos pesquisadores Dr. José Augusto Chaves Guimarães (UNESP), com *O documento como contexto: repensando a materialidade de um conteúdo*, e Dr. Andre Viera de Freitas Araujo (UFPR), com *Dimensões críticas do patrimônio bibliográfico: sentidos, sistemas de valores e direitos culturais*. A Conferência Internacional, por sua vez, foi ministrada pela Dra. Giulia Crippa (UNIBO, Itália), e teve como título *Contar a história e a memória cultural: Public History e Bibliografia*.

⁵ Acesso às gravações das sessões do evento estão disponíveis no Canal do Youtube do DCI UFSCar - Departamento de Ciência da Informação: <https://www.youtube.com/playlist?list=PLZg9nr4ZM8kcYBUQEGLqOCQCNTewjw93->.

Assim, a práxis bibliográfica e seu exercício de transformação social, centro das discussões que começaram no VIII Seminário Internacional A Arte da Bibliografia: Bibliografia e Justiça Social, apresenta seus resultados neste Dossiê⁶.

O Dossiê inicia com um artigo que localiza o substrato e o fundamento para as atividades e os gestos bibliográficos: o documento. Em **O documento como contexto: repensando a materialidade de um conteúdo e seus impactos na organização do conhecimento**, José Augusto Chaves Guimarães discute a relação entre a memória da sociedade e seu registro, não obstante que estes se fazem necessários para acudir as limitações da memória humana, e propõe a (re)configuração do documento a partir de um olhar que remete ao seu caráter indicial, posto que, além de seu conteúdo, é evocado um contexto de produção e são agregados elementos relativos à sua proveniência, organicidade, autoria, bem como sua contextualização espaço-temporal.

Em seguida, apresenta o primoroso trabalho **Bibliografia sobre Justiça Social: fontes acerca tema em Biblioteconomia e Ciência da Informação**, relacionado à sistematização e discussão problematizada de fontes acerca da Bibliografia sobre Justiça Social, de autoria de Franciéle Carneiro Garcês da Silva, Dirnéle Carneiro Garcez, Gabriel de Melo Vieira, Priscila Rufino Fevrie e Ana Paula Meneses Alves. Tal sistematização nos é apresentada em um momento decisivo para a configuração de agendas urgentes ao campo dos estudos informacionais. Desse modo, o trabalho desenvolvido e apresentado, demonstra a amplitude com que a justiça social pode ser contemplada pela Biblioteconomia e confirma a relevância de investimentos constantes em pesquisas desta natureza como estratégia de resistência contra ações epistemicidas.

Diná Marques Pereira Araújo e Fabrício José Nascimento da Silveira incitam, no texto **Mulheres escritoras em bibliografias brasileiras**, o debate sobre a presença de mulheres escritoras nessas bibliografias visando identificar silenciamentos que a escrita bibliográfica possibilita e que, de certa forma, se sintonizava com o imaginário europeu sobre o Brasil. No texto, a autora e o autor apontam produções autorais de mulheres em seis bibliografias de temática brasileira e indicam que textos de autoria feminina sobre o Brasil só começaram a aparecer na cena pública no Séc. XVIII, sendo publicados exclusivamente no continente europeu.

⁶ Este Dossiê demarca os 10 anos de existência do Fórum Internacional A Arte da Bibliografia.

O trabalho de autoria de Murilo Artur Araújo da Silveira e Daniela Eugênia Moura de Albuquerque, **O tráfico ilícito de bens culturais sob a ótica do banco de dados do IPHAN: uma análise dos bens culturais resgatados**, vasculha o banco de Dados de Bens Culturais Procurados para entender sua estrutura bibliográfica, onde por bibliografia entende-se exatamente aquele elemento que permite o acesso aos recursos informacionais, através do entendimento de como a informação é listada, categorizada e, por fim, como os objetos da lista são descritos: todas as competências que pertencem ao bibliógrafo-documentalista. Dentro de um dossiê dedicado à justiça social consideramos que as inquietações sobre o tráfico de bens culturais ilícitos de um país com um passado colonial bem estabelecem a necessidade de alicerces bibliográficos para as questões da injustiça “cultural”. A falta de uma sólida estrutura bibliográfica sobre tais bens representa uma limitação das garantias culturais, necessárias para a justiça social. Nesse caso, se propõe o Estado Nacional como sujeito que, em suas relações internas e externas, deve lidar com o valor simbólico de bens culturais na institucionalização de suas memórias culturais. Isso se torna justiça social na medida em que o banco de dados do IPHAN se dota de ferramentas bibliográfico-documentárias capazes de comprovar, confrontar e assumir a propriedade desses objetos.

No artigo **A contribuição de pessoas bibliófilas e bibliógrafas negras dos séculos XIX e XX para construção de uma Bibliografia Negra** as pessoas autoras Franciéle Carneiro Garcês da Silva, Dirnéle Carneiro Garcez, Diná Marques Pereira Araújo, Priscila Rufino Fevrier, Gabriel de Melo Vieira, evidenciam, de modo contundente, o quanto que “as bibliografias podem auxiliar no enfrentamento a ações epistemicidas e memoricidas da população negra e afrodiáspórica”. Para além disto, as contribuições incontornáveis relacionadas às construções de gestos bibliográficos atrelados a experiências negras, de David Ruggles, Arthur Alfonso Schomburg, Daniel Alexander Payne Murray, Monroe Nathan Work e Dorothy Porter Wesley são devidamente trazidas ao texto, tornando-o um instrumento de justiça social e reparação epistêmica negra.

Ao desenvolver estudo sobre a Biblioteca do Ailton Krenak e seu catálogo colaborativo, Nathália Lima Romeiro e Bruno Almeida dos Santos, em **Bibliografia selvagem: um estudo sobre a biblioteca do Ailton Krenak e seu catálogo colaborativo**, avançam em uma discussão de fundo, que problematiza a colonialidade, a dependência epistêmica e as injustiças sociais produzidas sobre os saberes indígenas brasileiros.

A partir desse contexto, apresentam e analisam o quanto bibliografias e catálogos bibliográficos, podem ser atualmente operados, como ferramentas decoloniais. As pessoas autoras apresentam figuras da interface da Biblioteca, que por sua vez, fazem parte do projeto ‘Comunidade Selvagem’ dedicado à promoção de um ambiente digital educativo relacionado aos saberes indígenas brasileiros, que evidenciam a originalidade estética e epistêmica desta biblioteca oral.

O artigo **O conhecimento alternativo da Biblioteca Universal Guei contra a injustiça epistêmica na literatura brasileira**, de Diogo Roberto da Silva Andrade, Ana Paula Meneses Alves e Franciéle Carneiro Garcês da Silva, propõe um “salto” no tempo, recuperando a atuação do jornal *Lampião da Esquina*, principalmente de sua seção *Biblioteca Guei*. Trata-se de uma operação comercial voltada para o público LGBTQIA+ entre as décadas de 1970 e de 1980 que compõe o quebra-cabeça da literatura considerada “marginal” e, em geral, ausente dos espaços institucionais. Para os autores, “no contexto do sudeste brasileiro, o jornal carioca/paulista contribuiu para a agenda do livro e do leitor no contexto social e cultural” e o trabalho aqui proposto, através de uma clara contextualização teórica e de uma interessante seleção de resumos das obras promovidas, contribui não somente para a reparação de uma “injustiça epistêmica”, mas também para uma bibliografia mais inclusiva.

As autoras Fernanda Parolo de Mattos Nogueira e Luciana de Souza Gracioso, em **Arquivos Comunitários no contexto do Meio Técnico-Científico-Informacional: agentes de Globalização Solidária e inovação decolonial**, buscaram estabelecer relações teóricas que viabilizaram uma compreensão mais ampliada sobre o lugar e a função dos Arquivos Comunitários na sociedade. Especialmente recorrem ao contexto exposto em Milton Santos, do Meio Técnico-Científico-Informacional e situam tais Arquivos como agentes valiosos na constituição da Globalização Solidária, defendida pelo autor. O Arquivo Comunitário é reconhecido então, enquanto equipamento de informação-poder, e confirma-se como um agente indispensável para que memórias diversas e plurais possam compor o tecido social subsidiando seus processos de inovação.

Em **Bibliografia na era digital: desafios para assegurar a democratização do acesso à informação**, Marcelo dos Santos apresenta o vínculo da Bibliografia à mediação da informação quando traz à tona o uso das tecnologias de informação e comunicação (TICs).

O pesquisador destaca o quanto ainda estão presentes barreiras de acessibilidade, quer seja física ou cognitiva, e usabilidade dos produtos ou sistemas de informação no que toca a democratização do acesso à informação em ambientes digitais modernos e aponta como desafios a compreensão da área e os contornos do objeto empírico do trabalho bibliográfico, e a identificação do potencial usuário, suas demandas informacionais e os contextos em que estas demandas surgem, ambos calcados na tríade usuário-conteúdo-contexto.

O dossiê é encerrado com um artigo de opinião de uma escrita requintada, em equilíbrio entre o filosofar agambeniano e o *cruzo* de Rufino, de autoria de Vinícios Menezes. **LivrOnça: um conceito de livro na América Indígena** explora o devir (do) livro nas Américas indígenas, em um processo de colonização por parte da autoridade bibliográfica. Após sua declinação da ontologia do livro de matriz Ocidental, Menezes explora o território gerado por essa ontologia, mapeando a existência do que foi designado como livro nas cosmovisões indígenas. Tais livros, porém, não estão, até hoje, incluídos no horizonte bibliográfico. Na medida em que o livro é vida, ele é sujeito e não mais objeto, resultando disso o paradoxo de uma bibliografia com um histórico de estruturar o conhecimento do “objeto” livro, obliterando, porém, a existência dos “sujeitos” livros, que pedem para serem incluídos no cânone bibliográfico. Afinal, como pergunta o autor, de maneira direta e singela, “o que é um livro?”.

Esclarecidos, assim, os percursos teórico-intelectuais que estruturam nossa proposta no entrelaçamento entre Bibliografia e Justiça Social, acreditamos que os resultados alcançados pelos pesquisadores que aceitaram o desafio nesse número da Revista Ciência da Informação se colocam como indicadores das tendências sobre o tema da Justiça Social no campo da Bibliografia, Biblioteconomia e da Ciência da Informação, constituindo um lastro sólido para futuras e necessárias reflexões.

REFERÊNCIAS

KILOMBA, Grada. Grada Kilomba: “O colonialismo é a política do medo. É criar corpos desviantes e dizer que nós temos que nos defender deles”. [Entrevista concedida a] Joana Oliveira, *El País*, São Paulo, set. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/19/cultura/1566230138_634355.html. Acesso em: 30 jul. 2023.

TELESCOPIUM. VIII A Arte da Bibliografia: Bibliografia e Justiça Social. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021. Disponível em: <http://www.telescopium.ufscar.br/index.php/viii/>. Acesso em: 30 jul. 2023.

AGRADECIMENTOS

O Fórum Internacional A Arte da Bibliografia agradece aos docentes, pesquisadores e profissionais do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de São Carlos (DCI-UFSCar) pela acolhida e colaboração na concepção, organização e realização do VIII Seminário Internacional A Arte da Bibliografia: Bibliografia e Justiça Social (UFSCar, 2021).

Andre Vieira de Freitas Araujo

Doutor em Ciência da Informação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (PPGCI-ECA/USP), São Paulo, São Paulo, Brasil.

Professor do Departamento de Ciência e Gestão da Informação (DECIGI) e do Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação (PPGGI) da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, Paraná. Brasil.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7551780669212379>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3003-7424>

E-mail: armarius.araujo@gmail.com

Luciana de Souza Gracioso

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal Fluminense (UFF) / Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Rio

de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. Professora do

Departamento de Ciência da Informação (DCI) e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal de São Carlos

(UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4898201916360294>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6320-4946>

E-mail: luciana@ufscar.br

Zaira Regina Zafalon

Doutora em Ciência da Informação pela Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília, São Paulo, Brasil.

Professora do Departamento de Ciência da Informação (DCI) e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1584935790390793>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4467-2138>

E-mail: zaira@ufscar.br

Giulia Crippa

Doutora em História Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), São Paulo, São Paulo, Brasil. Professora do Departamento de Bens Culturais da Universidade de Bolonha (Itália) (UNIBO) e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2986616715435331>